

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Verdade e realidade na crise da história promovida pelo *linguistic turn*.

Carlos Alvarez Maia*

Resumo:

Analisando a crise da história em Ciro Cardoso e Francisco Falcon ante as inquietações da semiologia trazidas pelo *linguistic turn*. Esses desafios solicitam uma nova compreensão sobre os conceitos de “verdade” e de “realidade” em história. Convoco Ludwik Fleck como um auxílio para a reconstrução da compreensão histórica, convergindo o conhecimento e a realidade histórica em acordo com a proposta semiótica.

Palavras-chave: Crise da história – Linguagem e história – realidade histórica.

Abstract:

I analyze the crisis of history in Ciro Cardoso and Francisco Falcon before the semiotics fidgets brought by linguistic turn. These challenges request a new understanding on the concepts of "truth" and "reality" in history. I convoke Ludwik Fleck as an aid for the reconstruction of the historical understanding, converging the knowledge and the historical reality in agreement with the semiotic proposal.

Keywords: crisis of the history – language and history – historical reality

Introdução

Os historiadores do século XX dissolveram certezas positivistas do discurso histórico herdadas do XIX, porém, contraditoriamente, deixaram em geral intocáveis seus fundamentos filosóficos. Eles adotaram como praxe o afastamento das discussões de meta-história que emergiam e, nas suas rotinas de pesquisa, trabalharam efetivamente em um pragmatismo simplificado no qual o fato-documento persistia como ancoradouro da positividade.

Neste cenário desprotegido de uma Teoria, a emergência do *linguistic turn* causou uma turbulência ôntico-epistêmica ao questionar o Real da narrativa. Fala-se em crise do saber histórico que gera um momento de intranquilidade na historiografia com múltiplas e diversificadas alternativas; algumas, bastante perturbadoras das certezas que abastecem a base cultural do nosso senso comum. Em última instância, este senso comum habita todos nós, em alguma medida. Internalizamos irrefletidamente posturas comportamentais e conceituais. São premissas, certezas, crenças, que tornam possíveis tanto a nossa rotina de trabalho como historiadores quanto a nossa existência como seres históricos em suas práticas cotidianas, mas

*Doutor em História, Departamento de História, UERJ, alvarez@iis.com.br.

que instauram também, simultaneamente, limites para compreensões mais ousadas e que divirjam das tendências hegemônicas já naturalizadas e às quais estamos habituados.

Examino aqui duas posições antagônicas de historiadores no Brasil, a de Ciro Cardoso e a de Francisco Falcon, expostas na coletânea “Domínios da História”, ante essa crise e questiono: **quanto** da “crise” de paradigmas da história-disciplina é devida – antes – a uma “crise” na bagagem pessoal e cultural, na perspectiva conceitual consolidada nos sujeitos historiadores? Uma resistência a mudanças? **Crise da história ou crise dos historiadores?**

Como alternativa, em apoio à legitimidade do saber histórico, convoco Ludwik Fleck, autor canônico da história e da sociologia das ciências, para equacionar as aporias postas pelo *linguistic turn*. Em Fleck os conceitos de “verdade” e de “realidade” eclodem como produtos de protocolos discursivos de coletivos de pensamento que enformam as maneiras de ver e saber. Essa postura coloca-se contra a ruptura entre a ordem das coisas e a ordem das palavras e postula por uma concepção de linguagem como agenciamento concreto no mundo.

Os historiadores em crise

Ciro Cardoso, bastante crítico da historiografia orientada pelo “*paradigma pós-moderno*”, sugere que seguramente há de vir “*uma teoria nova, diferente*” porém com muitos elementos do “*paradigma iluminista*”.(CARDOSO, 1997: 13-14) Ainda que mantenha suas restrições ao paradigma rival, pós-moderno, Cardoso concede que “*alguns de seus aspectos vieram para ficar*”, tais como a “*ampliação considerável dos objetos e estratégias de pesquisa e a reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica*”, mas considera os excessos como “*modismos ou como resultados da luta ideológica que, pelo contrário, serão passageiros*”.(ídem, 22-23, grifos meus) Ora, a caracterização de “modismo” já pressupõe um descarte *a priori*, daquilo que deveria ser examinado com mais rigor; este escapismo mascara o que efetivamente é sintoma de um problema, e grave.

Mais elástico do que Cardoso, Francisco Falcon indica igualmente alguma insatisfação com questões trazidas pelas correntes pós-estruturalistas difusoras dos estudos semiológicos. O cerne das dificuldades encontra-se nas conseqüências da aceitação da dimensão simbólica em sua pretensão totalitária. Falcon circunscreve uma certa “vertente” a-histórica e problemática desses estudos: “*Aos poucos, no entanto, expandiu-se o prestígio das concepções tendentes a encarar o texto e/ou o discurso como uma realidade própria e*

autônoma em relação às suas condições não textuais de produção”.(FALCON, 1997: 117, grifo meu) Mas Falcon também observa a proposta desafiante e decisiva do *linguistic turn* posta para o historiador, ao parafrasear Chartier: “*A realidade não mais deve ser pensada como uma referência objetiva exterior ao discurso, pois que ela é constituída pela e dentro da linguagem*”.(idem, 120) O que está em jogo aqui é compreender o **valor de realidade dado pelo texto**, pela construção discursiva da realidade histórica.

Sem suas conotações negativas, concordo com Ciro Cardoso: “*O postulado implícito é uma nova encarnação da inefável ‘natureza humana’: não mais o homo faber, o homo oeconomicus, e sim, o homo simbolicus*”.(CARDOSO, 1997: 16) Do ponto de vista de nossa “etapa cognitiva” em história, estamos hoje alinhados inescapavelmente com a percepção conceitual do sujeito histórico como indivíduos – mulheres e homens – simbólicos, como artefatos semiológicos.

Na raiz das inúmeras análises sobre o elemento simbólico encontra-se a denúncia de um erro grosseiro nas teorias epistemológicas: supor que as proposições cognitivas – sejam em filosofia, ou física, ou lingüística, ou mesmo em história – possuam um significado claro e unívoco associado ao elemento significante, que por intermédio de um algo mágico e indeterminado, designava **diretamente** os seres e objetos do mundo real, o referente. Com isso, a arcaica compreensão “do que é a realidade” como algo referido pelos sentidos diretamente, ou pelos conceitos mentalizados de forma igualmente direta, recebe outra configuração. Assim a idéia de uma referência **direta** à realidade começa a “fazer água” e naufraga durante a “onda pós-estruturalista”.

A dificuldade conceitual com o referente encontra-se na impossibilidade de mantermos na esfera profissional uma associação simplória e precária, típica da que o senso comum desenvolve e que permite a sobrevivência menos preocupada de todos nós em nossas rotinas de vida. Todas aquelas atividades vinculadas ao projeto de conhecer o mundo estão, hoje, ante este embaraço epistemológico que problematiza a percepção do plano ontológico como algo imbricado com o discurso. Nós, historiadores, um dia, já tivemos nossa cornucópia de soluções aquietadoras. Pensávamos que a realidade, o referente, mantinha com nossa compreensão uma relação especular. Nossas teorias seriam reflexos do real. Hoje, entretanto, não há mais ilusões, desconfiamos dessa simplicidade. Temos uma outra compreensão do simbólico, e o símbolo aponta mais um elemento de impossibilidade à fantasmagoria da antiga *teoria do reflexo*, tão a gosto dos historiadores mecanicistas. Há entre o sujeito que conhece e aquilo que é conhecido muito mais águas problemáticas, oceânicas águas, do que a

maresia do “reflexo” pretendia; há mediações da práxis – sim, e práxis imersa em axiologia, em ideologia – que, por sua vez, é indissociável da prática discursiva.

Estou aqui parafraseando Ciro Cardoso que propõe como solução das dificuldades historiográficas uma “teoria **modificada** do reflexo”; “modificada” pois supõe mediação pela práxis – eu diria, mero estratagema retórico de salvar as aparências do moribundo, que continua sendo um “reflexo”. Mas Ciro, ao fim, remete à proposição: “*trata-se, mais exatamente, da concepção da verdade científica como limite absoluto (sic) a que tendem verdades relativas ou parciais cujo alcance maior ou menor depende do tipo de conhecimento histórico que permite a prática social de cada época ou fase.*” (CARDOSO, 1997: 5, grifos meus) Ao tomar a “*verdade científica como limite absoluto*”, Ciro resgata fantasmagorias do século XIX ao dar sobrevida ao cientificismo e ao mito do progresso – um progresso para as “verdades parciais” da história que tenderiam para o limite absoluto da verdade da ciência.

Hoje não é mais possível aos historiadores acomodarem-se naquele apelo à autoridade cientificista, ao objetivismo factual, como o realizado por Cardoso, nem de omitirem-se ante os dilemas do tempo presente. Nossa realidade é histórica e não é expressa diretamente pelos documentos, depoimentos e monumentos. Só a circunscrevemos via a tateante instância simbólica de seus vestígios, rastros, sintomas. A realidade histórica é constituída pelo conjunto desses traços discursivos.

Já Falcon critica aquela postura profissional que no caso extremo converge para uma omissão ou uma fuga do problema que precisa ser enfrentado: “*os historiadores se utilizam com a maior naturalidade de toda uma gama de categorias, conceitos e noções que ora remetem ao senso comum, ora a horizontes teóricos específicos, sem se darem a mínima conta das suas implicações e dificuldades, as mais simples.*” (FALCON, 1997: 97)

Essa é em grande parte a razão da crise, crise dos historiadores, ante o movimento da história. Não vejo “crise da história”, ela vai bem em seu devir compreensivo, em sua conquista por novas paisagens, em apoderar-se das terras devolutas que ela própria abandonou em outras eras historiográficas. A linguagem, nesta pseudocrise, nada mais é do que um “novo” habitante do reino da história, uma personagem que atingiu maior proeminência na cena historiográfica. A disciplina história sai fortalecida deste episódio que desfaz o mito da linguagem ser um mero produto mental, de mentes incorpóreas sem materialidade.

Nossas fontes, documentos do “real”, estão sempre agenciadas pelo simbólico que desenha um “referente”. Seja o que for o “referente” ele não se encontra despido, em um estado de natureza intocado pelo agenciamento da linguagem, um ponto de fuga absoluto que

captura o significado e atesta o valor de verdade do significante. A relação entre coisas e palavras já não é tão simplista, ela situa-se hoje em uma arena bem mais complexa. Nas palavras de Hayden White, reportando-se ao “As palavras e as coisas” de Foucault:

*“Dessa forma, Foucault vê o movimento estruturalista ironicamente, como a última fase de um desenvolvimento nas ciências humanas que principiou no século XVI, quando o pensamento ocidental foi presa da ilusão de que “a ordem das coisas” poderia ser representada de maneira adequada numa “ordem de palavras”, se se pudesse achar a ordem correta das palavras. A ilusão em que todas as ciências modernas se basearam é a de que as palavras gozam de uma condição privilegiada na ordem das coisas, como ícones transparentes, como instrumentos de representação de valor neutro. A atribuição às palavras de uma condição ontologicamente privilegiada como essa na ordem das coisas é um erro que a moderna teoria lingüística permitiu por fim identificar. O que a moderna teoria lingüística demonstra é que **as palavras não passam de coisas entre as coisas do mundo.**” (WHITE, 2001: 255, grifo meu)*

Verdade e realidade como produtos de protocolos discursivos fleckianos

Como Lynn Hunt destaca: *“As próprias representações do mundo social são os componentes da realidade social”*. Hunt atesta a presença de Foucault, em contágio com Chartier, *“Foucault demonstrou a inexistência de quaisquer objetos intelectuais ‘naturais’.”*(HUNT, 1992: 9) E aqui levantamos o véu sobre algumas questões outras: toda prática humana com pretensões cognitivas está comprometida com a crença de que fala sobre algo referido ao mundo “exterior” ao produzir seu discurso narrativo, e que esta “narrativa” tem algum compromisso com a “verdade” desse conhecimento. Em seu aspecto menos comprometedor, esse tipo de realismo não passa de uma postura pragmática da pesquisa, um princípio heurístico estratégico, sem nenhuma pretensão metafísica; entretanto, sabores metafísicos se infiltrarão como consequência desse pragmatismo acrítico. Isto é comum a todas atividades do conhecimento: o das ciências naturais e o das ciências históricas. A fragilidade dessa postura prática é a sua ingenuidade crítica. Ao fim, o historiador se arriscará de enredar-se em instrumentos absolutistas da epistemologia ou da ontologia, que lhes são completamente estranhos e inadequados para expressarem o léxico da história. Conceitos como “verdade”, “realidade objetiva do mundo exterior”, “objetividade natural”, “fato objetivo” são alienígenas que vagueiam nas penumbras do território do historiador. São conceitos estrangeiros, despidos de historicidade, que por serem contrabandeados carecem do aval do pensamento histórico para tornarem-se legítimos e poderem circular na legalidade da prática discursiva da corporação de historiadores. Para tanto, os conceitos canônicos de

“verdade”, “objetividade” e “realidade” necessitam de um complemento: serem adjetivados pelo termo “histórico” que os forja em suas historicidades. Como nos diz Falcon sugerindo o pensamento de Costa Lima: “*o discurso do historiador, como o da própria ciência, é sujeito ao protocolo da verdade*”.(FALCON, 1997: 121) Sim, verdade, porém situada em um protocolo, verdade constituída por um protocolo. E o termo “protocolo” é de uma rara felicidade em Costa Lima, de enorme precisão para o saber histórico, para a compreensão histórica do conhecimento, para apontar a condição histórica de todo saber em seu caráter **PROTOCOLAR**.

Mas o que emerge como *insights* nesses autores é trabalhado de forma sistemática em Fleck que fornece o olhar sócio-histórico necessário para se pensar a linguagem como um modo de ação construtor de sentidos sobre a realidade como também constitutivo dos próprios falantes. Seus conceitos vinculados de “estilo de pensamento” (*Denkstil*) e de “coletivo de pensamento” (*Denkkollektiv*) fornecem as expressões sociais e materiais que agenciam o caráter protocolar e histórico de todo processo de conhecimento através de práticas coletivas que são, por isso mesmo, práticas discursivas.¹

O “estilo de pensamento” exerce sobre as percepções do indivíduo uma coerção, tal que qualquer observação – mesmo a científica – será uma função do “estilo” que a sustenta.(FLECK, 1979: 41, 134) O “estilo” fornece a disposição para um perceber orientado, um “ver formativo” (*Gestaltsehen*) que condiciona sua elaboração objetiva.(ídem, 92, 99, 142) Assim Fleck enfrenta a idéia de fatos em si, de uma realidade absoluta, o Real metafísico, e considera a observação livre de suposições um absurdo psicológico e uma falácia lógica. Nesse processo é que os “fatos”, supostos absolutos, são produzidos e que a realidade é paulatinamente forjada.(ídem, 84-94) A realidade é um constructo, um artefato, continuamente redesenhado. Um artefato produto/produtor de fatos. Fatos são visíveis em um “estilo” determinado e que fornecem concretude aos conceitos e noções. Os fatos cimentam a base para ancorar os conceitos. “*A meta de todas as ciências empíricas é a elaboração deste ‘solo firme de fatos’.*”(ídem, 95)

Decorre daí sua crítica à idéia de uma verdade absoluta. “*A verdade não é uma convenção, mas, vista em perspectiva histórica, é um evento na história do pensamento e, dentro de seu contexto contemporâneo, é uma coerção do pensamento marcada pelo estilo.*”(ídem, 100, grifos do autor)

¹ O “estilo” pode ser definido como um perceber direcionado que corresponde a uma elaboração objetiva daquilo que é assim percebido. (FLECK, 1979: 99)

Em Fleck, no lugar do equívoco das supostas aproximações sucessivas à Verdade por verdades parciais, como alude Ciro Cardoso, há, sim, “verdades” **setoriais**, melhor dizendo, há protocolos locais – no tempo e espaço – que definem o conhecimento **VÁLIDO** naquela especialidade: aquilo que é válido para a química, para a física, para a história etc. E nenhuma dessas verdades é maior do que a outra, nem ultrapassa a outra. Nem há também garantia de que a nova seja uma etapa progressiva da precedente. Cada uma das verdades tem **validade local**, no contexto de seu protocolo, e só. Não há **uma** verdade, nem mesmo para a física, vale repetir. O mesmo vale para o termo “realidade”. Para reduzir imprecisões e dificuldades, já seria um avanço substituir o conceito epistemológico-ontológico de verdade pelo de **validade**, bem mais histórico. E aquilo que é válido decorre de um protocolo que estabelece os critérios para que algo seja aceitável e possa enfim ser considerado como válido no seu contexto disciplinar e corporativo. Assim agem físicos, e assim também agem os historiadores cujos protocolos nos esclarecem como usar e interpretar corretamente os documentos, os fatos históricos. São protocolos. Estabelecidos no interior daquele grupo profissional – o coletivo de pensamento.

A produção do conhecimento dá-se por intermédio de práticas discursivas que estabelecem uma gramática protocolar – estratégias, metodologias, programas de pesquisa, teorias e até mesmo uma ética corporativa – que validam proposições no interior daquele grupo, que alicerçam a compreensão do mundo de tal grupo. Cada operação cognitiva é uma produção discursiva que verbaliza os seus fatos, os constitui, recorta e seleciona para si eventos do mundo, dá-lhes existência factual ao verbalizá-los. A linguagem é uma intervenção no mundo, um agenciamento que constrói fatos, fatos que compõem a realidade daquela prática. O próprio sujeito conhecedor é produzido naquela prática, por aquela prática. Esse sujeito é autorizado a falar e é legitimado em seu saber por tal prática. Deve pensar e produzir conhecimento segundo o estilo pensamento enformado por esses cânones protocolares. Para ser um membro do coletivo de pensamento que circunscreve esses agentes é necessário possuir fluência – a autorização que lhe dá autoridade como autor – como falante desse universo discursivo.

Agora, em nosso tempo histórico, estamos habilitados a compreender de outra forma a questão da “crise” ante os avanços e conquistas da disciplina história. Aquilo que alguns historiadores denominaram de “crise da história” não passou de uma produção de sentido forjada por esses próprios historiadores, eles sim, em crise. Em crise pois os novos princípios semiológicos entraram em conflito com suas posturas, historicamente constituídas em suas respectivas subjetividades, em seu estilo de pensamento.

Os novos terrenos conquistados pela disciplina história foram considerados “pós-modernizações” indesejáveis que assombraram as mitologias incrustadas nas historicidades desses historiadores. O sentido que deram ao declararem uma “crise da história” reflete como o sentido decorre das historicidades dos actantes na cena, um sentido que produz uma realidade e uma verdade.

Referências bibliográficas:

- CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e paradigmas rivais”. In CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 1-23.
- FALCON, Francisco. “História das idéias”. In CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 91-125.
- FLECK, Ludwik. *Genesis and development of a scientific fact*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- WHITE, Hayden. “Foucault decodificado. Notas do subterrâneo”. In WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 2001. pp. 253-283.